



Foto: José Cruz/ABr

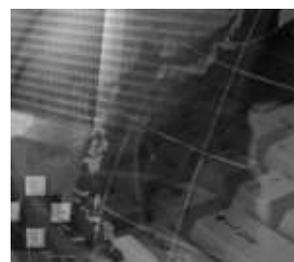
Governo perde a CPMF e pode suspender reajustes acordados com os servidores

Enquanto os senadores da oposição comemoravam, no Plenário do Senado, a rejeição da proposta de prorrogação da CPMF (foto), servidores públicos federais já começavam a se preocupar. O Governo perde R\$ 40 bilhões anuais em sua arrecadação e precisa encontrar meios para compensar o rombo. Primeiras análises indicam que o funcionalismo poderá pagar a conta. (Editorial, pág. 2)



Confira o resultado do Prêmio Poesia APSEF 2007

O médico Wilson Daher, de São José do Rio Preto (SP), aposentado do Ministério da Saúde, é o ganhador do tradicional concurso da Associação, com a obra "Fantasia". (Págs. 3 e 4)



Associação lança um novo site na internet

(Pág. 8)

Editorial

O tema que marcou o cenário político brasileiro no final de 2007 foi a derrota do governo Lula, no Senado Federal, ao tentar prorrogar a cobrança da CPMF, o famoso imposto do cheque, que a partir de janeiro desaparece dos extratos bancários e fica apenas para a história dos tributos nacionais. Uma perda de R\$ 40 bilhões na arrecadação federal que, imediatamente, disparou uma onda de análises e previsões sobre como o governo buscaria compensar o rombo. Em alta na bolsa de apostas, medidas que atingiriam diretamente os servidores públicos, no aguardo de promessas de reajustes e novas nomeações para 2008.

Ainda no final do ano, o Planalto procurou demonstrar serenidade no intuito de acalmar o burburinho no âmbito do serviço público. Em meio a muitas especulações, Lula tratou de assegurar que, em nome da eficiência, irá continuar a contratar novos servidores e que os reajustes de salários da administração federal – que ele próprio considera defasados.

- É preciso acabar com esta mania que se vende todo dia de que os funcionários públicos federais ganham bem. Na verdade, quase todos ganham mal. Apanho da imprensa todo dia: ‘o Lula está contratando mais gente, está enchendo a máquina’ – afirmou, e lembrando os tempos de sindicalista, incentivou, inclusive, os servidores a fazerem passeatas em prol de novas nomeações.

O governo está tentando reverter o quadro negativo desenhado para as contas públicas. Estuda modificações nas alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL), por meio de medida provisória. Espera, assim, engordar os cofres em R\$ 10 bilhões anuais. A constitucionalidade das alterações, todavia, possivelmente será questionada, sobretudo junto ao STF.

Agora é esperar para ver! Se realmente as promessas de reajustes acordadas em longas negociações em 2007 serão cumpridas na íntegra. O ministro do Planejamento, Paulo

Bernardo, já fala em “suspensão de reajustes” até a definição dos cortes com vistas ao reequilíbrio do Orçamento federal. Ficam na expectativa as categorias que já haviam negociado e acordado com o ministério do Planejamento reajustes a partir de 2008. É o caso da Polícia Federal, BACEN, Ministério da Agricultura, Ministério da Educação, Ministério da Cultura e INCRA. Somente com essas áreas, o governo pretendia gastar perto de R\$ 1,4 bilhões, segundo dados do Planejamento. A possibilidade de greve do funcionalismo começa a ser ventilada na Esplanada dos Ministérios.

Sempre é bom lembrar que a CPMF e a folha de pagamento dos servidores federais jamais possuíram relação direta. A contribuição – que surgiu com o nome de IPMF em 1993 – é um tributo que recolhe para os cofres da União 0,38% de todos os saques, depósitos e transferências bancárias. Sua destinação, na concepção original, era o financiamento da saúde pública, o que foi sendo jogado ao esquecimento no passar dos anos. Para 2008, a estimativa era de que, da arrecadação dos R\$ 40 bilhões, 40% iriam para o ministério da Saúde, 20% para o ministério da Previdência, 2% para a Educação e 38% para o pagamento de juros da dívida pública.

Aos servidores públicos coube sempre, nos últimos anos, o papel de principal vilão de um suposto déficit das contas públicas. Aos aposentados, em especial, já sobrou o pagamento de uma contribuição para a seguridade social, aberração inédita em todo o mundo. A arrecadação total do governo federal cresceu em quase R\$ 60 bilhões de 2006 para 2007, mais que o suficiente para agora compensar a morte da CPMF. A mídia e a sociedade pressionam o governo a reduzir os custos com a máquina. Pressão que foi, curiosamente, fabricada pelo próprio governo, ao aterrorizar a todos quando se viu diante de sua incapacidade de negociação junto aos senadores.

É aguardar para conferir. Mas o mínimo que o servidor espera, ao menos por essa vez, é um pouco mais de transparência no debate. E um pouco menos de injustiça, nas decisões.



O Informe APSEF é uma publicação da Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal, editada sob a responsabilidade de sua Diretoria. Permite-se a reprodução e citação, desde que citada a fonte.

APSEF- SCN - Quadra 06 - Bloco A - Sala 1103 - Ed. Venâncio 3000
CEP 70718-900 - Brasília/DF - Tel. (61)3328-8961 - Fax (61) 3328-8959
<http://www.apsef.org.br>
e-mail: apsef@apsef.org.br

Tiragem desta Edição: 6.000 exemplares

Jornalista Responsável:
Edson Kazushigue Teramatsu - Reg. DF3684JP

Diretoria Executiva:

Presidente:
Maria Cecília S. S. Landim
Vice-Presidente de Administração, Finanças e Patrimônio:
Margarida Maria Gonzaga Pereira
Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos:
Maria Alves Figueiredo
Vice-Presidente de Assuntos Assistenciais:
Maria Eduvirmgem Simas Pereira
Vice-Presidente Sócio-Cultural:
Tania Maria Teixeira

Conselho Fiscal:

Arthur Oscar Franco de Sá
Maria Benedita Ewerton de Sá
Terezinha da Assunção Gomes Alves

Cerco aos direitos dos servidores

Por: Antonio Augusto de Queiroz (*)

No momento em que o Governo Federal dispõe de folga de caixa e, portanto, não tem a menor necessidade de promover ajuste sobre os servidores públicos, contraditoriamente coincide com as maiores ameaças aos direitos do funcionalismo nos últimos anos.

As ameaças vão desde o PLP 248/98, que permite a dispensa por insuficiência de desempenho, o PLP 1/07, que restringe os gastos com pessoal, o PLP 92/07, que autoriza a criação de fundações estatais para contratação de servidores pela CLT, passam pelo PL 1.992/07, que institui a previdência complementar do servidor, pelo PL 4.497/01, que dispõe sobre o direito de greve e a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre esta matéria, até a PEC 12/06, do Senado, que trata dos Precatórios.

Cada uma dessas proposições embute algum tipo de ameaça a direito consolidado dos servidores. O PLP 248, que permite a dispensa do servidor por insuficiência de desempenho, se aprovado, abre caminho para a perseguição pelas chefias aos servidores, inclusive das carreiras exclusivas de Estado.

O PLP 1/07, que restringe o gasto com pessoal, na prática congela o percentual atualmente destinado à despesa com servidores públicos, algo em torno de 30% da receita líquida corrente, quando poderia gastar até 50%, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo o texto, a expansão da despesa, que inclui a contratação de novos servidores, ficará limitada à reposição da inflação e mais 1,5%, que não acompanha nem o crescimento vegetativo da folha.

O PLP 92/07 autoriza a criação de fundações públicas ou privadas, com a contratação de pessoal pela CLT, para

prestar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, previdência complementar, ciência e tecnologia, entre outros, rompendo, assim, com o Regime Jurídico Único (RJU).

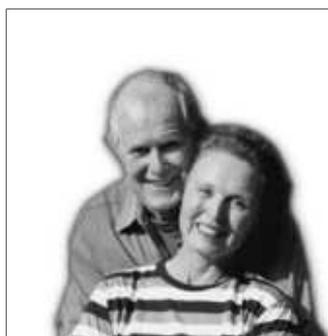
O PL 1.992/07, por sua vez, institui a previdência complementar no serviço público, eliminando, para os futuros servidores, o direito à paridade e à integralidade, dois atrativos importantes no recrutamento de quadros qualificados para a Administração Pública, além dos riscos inerentes à aplicação financeira dos recursos destinados a complementar aposentadoria desses servidores.

O substitutivo ao PL 4.497/01, sobre direito de greve, combinado com a decisão recente do Supremo sobre a matéria, coloca em xeque esse direito para os servidores em geral e para as carreiras exclusivas de Estado, em particular. A regulamentação restritiva do direito de greve, sem a garantia de negociação coletiva, penaliza duplamente o servidor.

A PEC 12/06 institucionaliza o calote no pagamento de precatório, além de retirar o caráter alimentar dos precatórios dos servidores. A proposta de emenda à Constituição limita os recursos orçamentários destinados a honrar dívida da Fazenda Pública e instituir os leilões para a venda de precatório por menos da metade do valor de face.

A julgar pela investida sobre os direitos dos servidores, os desafios das lideranças sindicais do serviço público serão enormes.

(*) Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e Diretor de Documentação do DIAP.



Associado

**Seu endereço mudou ?
O valor da mensalidade não está sendo descontado ?**

**Informe a APSEF !
Manter seus dados corretos é bom para você.
E fundamental para nós.**

Prêmio Poesia APSEF 2007

1º lugar

FANTASIA

de Wilson Daher

Perdi o trem, a mala, o meu destino,
E me soltei nas fimbrias da manhã.

Alguém molhou meus cabelos
Minhas mãos se desprenderam
Minhas sandálias romperam
Com meus excessos de zelos.

Olhei as portas trancadas
Passei por despertador
Rompi barreiras caladas
Gritei de louco e de amor.

As minhas mãos perderam rituais
A voz se desprende, soltou-se ao vento.

No meu caminho incorreto
Eu não contei quantas casas
Sorri meu riso indiscreto
Voei um vôo sem asas.

E percorrendo os telhados
Da minha imaginação
Teci meus sonhos rendados
Com as cordas do coração

As minhas mãos abertas para o vento
Modelavam de verde o meu caminho.

2º lugar

PALCO

de Maria Ruzycycki

Hoje é igual a ontem,
Gêmeo do amanhã.
Nesta corrida pela sobrevivência
O cotidiano é uma seqüência
De dias contabilizados,
De contas a pagar,
De horários a cumprir,
Fabricantes de egoístas.
Neste teatro que é nossa vida,
Onde encenamos no dia-a-dia,
A mesma monotonia,
Levanto pela manhã,
Visto outra fantasia
Subo ao palco da realidade.
E, encarando a multidão indiferente,
Eu e minha solidão.
Agradecemos os aplausos.

3º lugar

COM O CORAÇÃO NA MÃO

de Margarida Maria de Barros Freitas

...E Deus criou tudo.
E tudo era belo, insondável, exuberante,
inexplicável e virgem.
E Deus criou o homem...
E o homem saqueou a terra,
Extirpou de suas entranhas seus tesouros
mais preciosos.
Devastou suas florestas, poluiu seus rios,
matou peixes,
Pássaros, animais selvagens e marinhos.

O homem invadiu o mar.
Encobriu de gazes as nuvens, ofuscou o sol,
estuprou a lua.

A terra explodiu e chorou lágrimas de fogo
E afugentou o homem.

De suas profundezas, o mar bramiu em fúria
Invadiu a terra e engoliu o homem.

Tufões, terremotos e furacões varreram
a terra,
Sacudiram a terra e mataram o homem.

Perplexa...com o coração na mão...
Vi um agricultor chorar, por falta de
chuva no chão.

Vi árvores tombarem mortas
E se transformarem em carvão.

Com o coração na mão...
Vi milhões de peixes mortos, por causa
da poluição.

Vi um navio naufragar,
E explodir um avião.
Com o coração na mão...
Vi um cidadão matar, por um pedaço de
chão.

Vi um homem inocente,
Ser levado num camburão.

Com o coração na mão...
Vi um trabalhador humilhado, pedir
aumento ao patrão.

Vi um país derrotado
Pela força da corrupção.

Com o coração na mão...
Vi crianças chorando por falta de pão.

Vi gente de toda idade,
Morrendo de solidão.

Com o coração na mão...
Vi uma prostituta infeliz, chorando no
calçadão.

Vi um andarilho perdido,
Sem bússola, sem direção.

Com o coração na mão...
Vi uma mãe desesperada, pedindo a Deus,
compaixão!

Vi muitas crianças perdidas,
Chorando, de armas na mão.

Com o coração na mão...
Vi o homem perder a fé, a paz, a
esperança, a razão.

Vi o ódio florescer
Sobre o amor, a paz e o perdão.

Com o coração na mão...
Vi um poema inacabado por falta de
inspiração...

Com o coração na mão...

Menção Honrosa

- “**Edital de Concorrência**”, de João
Charlier Fernandes

- “**Só Flores**”, de Emílio Cordeiro

- “**Exaltação dos Sentidos**”, Ricardina
Ribeiro da Silva Pinheiro

Prêmio Poesia APSEF 2007

Os premiados



O vencedor do Prêmio Poesia APSEF 2007 é o médico psiquiatra **WILSON DAHER**, 69 anos. Aposentado pelo Ministério da Saúde desde 1991, ele continua atuando em seu consultório particular, em São José do Rio Preto (SP), e é professor da cadeira de História da Medicina da FAMERP. Casado, duas filhas e três netos, Daher debutou no certame da associação e logo com o melhor trabalho, na avaliação dos jurados. “Fiquei muito feliz com o resultado”, disse, ao saber de sua classificação, revelando que também ganhou um concurso de crônicas, em julho de 2007, patrocinado pelo Diário da Região, jornal do município onde reside. É autor de “Antes e Sempre”, livro de poesias que publicou em 1977 e de “Diga Adeus ao Velho Aristóteles”, uma reunião de contos de sua autoria.

Autora da poesia classificada em terceiro lugar no concurso de 2006, a gaúcha **MARIA RUZYCKI** desta vez ficou com a segunda colocação. “Já havia ficado surpresa com a premiação do ano anterior e, neste ano, a surpresa foi ainda maior”, comemorou. “A gente participa sem expectativa de ganhar, pois escreve apenas com o intuito de colocar no papel as vivências e reflexões sobre a vida”. Aposentada no cargo de Agente Postal do Ministério das Comunicações, ela reside em Santo Antonio das Missões, Rio Grande do Sul e continua trabalhando normalmente aos 83 anos de idade, administrando fazendas de gado que possui na região.



A pedagoga **MARGARIDA MARIA DE BARROS FREITAS** é a autora de “Com o coração na mão...”, obra classificada em terceiro lugar. Residente em Olinda (PE) é aposentada no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais do Ministério da Cultura desde 1994. Casada, três filhos e dois netos, Margarida nunca havia participado do concurso da APSEF. “O terceiro lugar para mim tem gosto de primeira colocação”, comemorou ela, ao saber do resultado. Ela conta que sempre gostou de escrever, inclusive cartas para a mãe Daluz que já havia falecido. A homenagem que fazia à mãe acabou virando um livro, “Ah, se eu soubesse escrever, minha vida daria um livro”, publicado em conjunto com outras cinco irmãs, e que já está em sua segunda edição.

Jurados

RENATO RIELLA

Jornalista, consultor político, autor do livro “Joca da Silva”, o mais vendido da Feira do Livro de Brasília de 2004, poeta com trabalhos publicados em coletâneas e no site Usina de Letras. Coordenou três edições anteriores do Prêmio APSEF.

ALINE ESSENBURG

Artista plástica catarinense, radicada em Brasília, com mestrado em Filosofia, diretora-geral da Faculdade Dulcina de Moraes de Artes do Distrito Federal. É também professora de Arte da Universidade de Brasília.

ARIOSTO TEIXEIRA

Jornalista e consultor político, com passagens pelas principais publicações de porte nacional. Poeta, integrante do movimento brasileiro de poesias Bric-a-Brac desde a década de 80, é autor do livro “Poemas do Front Civil”, lançado em 2006, em edição nacional.

Vá de bicicleta

Indicada por médicos, ambientalistas e pelos próprios ciclistas, a bicicleta estimula a interação social, relaxa e ajuda a manter a forma.

Por Juliana Krapp

O advogado Artur Delamare, de 73 anos e uma saúde invejável, pedala de duas a três horas por dia. Utiliza a bicicleta para se locomover de sua casa, no bairro carioca das Laranjeiras, até o Centro ou outros bairros da Zona Sul. Delamare já se acostumou a ser chamado de louco pelos amigos. “Muitos se dizem cansados só de me observar”, diverte-se. Mas o advogado não está sozinho: cada vez mais surgem movimentos no Brasil, inspirados em manifestações estrangeiras, dedicados à conscientização da importância do uso da bicicleta.

Pedalar é uma atividade que traz benefícios de diferentes espécies: faz bem à saúde de quem pedala, ao trânsito, ao meio ambiente e à economia. Estimula a interação social, relaxa e ajuda a manter a forma. E não existe nenhuma restrição ao uso da bicicleta. “Mas é claro que, como regra geral, qualquer pessoa que vai começar uma atividade física deve consultar um cardiologista”, alerta Giselle Ammon Xavier, especialista em medicina do esporte e uma militante em prol da valorização da bicicleta nos espaços públicos. Giselle explica que a bicicleta é uma forma de atividade física aeróbica, que protege ou trata doenças crônico-degenerativas, como obesidade, diabetes e problemas cardíacos. Pedalar possui vantagens até diante das caminhadas, outro exercício muito recomendado pelos médicos. “Na bicicleta, o peso do corpo fica dividido com o selim, o que evita a sobrecarga do joelho e os riscos do impacto. Assim, é melhor principalmente para quem tem artrose”, explica. A médica ainda acrescenta que é mais fácil inserir a bicicleta do que a caminhada na pressa do dia-a-dia: “caminhar dois quilômetros demora muito, mas pedalar essa mesma distância dura cerca de 15 minutos”.

A médica fundou há dez anos, em Florianópolis, o Projeto Pedala Floripa, que reivindica condições mais favoráveis ao uso das bicicletas nas grandes cidades. O projeto deu origem ao Grupo Ciclo Brasil, vinculado a universidades da região, que desenvolve ações, estudos, projetos e programas de incentivo ao uso da bicicleta como forma de promoção da saúde e preservação do meio ambiente.

“O governo tem que dar valor a quem faz a coisa certa. E quem faz a coisa certa, hoje, é quem anda de bicicleta: essa pessoa não polui, não engarrafa e ainda economiza dinheiro dos cofres públicos, porque não enfarta cedo e não precisa usar tanto os hospitais”, afirma.

Outro movimento que vem ganhando força é a “Bicicletada”: uma manifestação que ocorre periodicamente nas ruas das grandes

cidades. Nela, grupos de ciclistas se unem para ocupar as ruas e reivindicar o respeito dos motoristas e o seu espaço no trânsito. “Mas não é um passeio ciclístico, como as pessoas estão acostumadas a ver; é um protesto, no qual levamos faixas, cartazes e distribuimos panfletos informativos, além de abordar os motoristas parados nos sinais”, explica João Campos, um professor de literatura que utiliza a bicicleta como principal meio de transporte em São Paulo.

João acredita que o ciclismo urbano quebra a lógica da máquina que domina a cidade e devolve o espaço para as pessoas, humanizando a cidade. E acrescenta: “a bicicleta é uma excelente opção para se deslocar pela cidade: barata, rápida, limpa, divertida e que ainda estimula o contato entre as pessoas”.

Seu colega de Bicicletada, o escritor e artista plástico Luis Nunez, de 53 anos, concorda. “A bicicleta me proporciona um bom condicionamento físico, uma turma de amigos e a habilidade de conhecer a região de uma maneira íntima”, afirma. Nunez, que mora em Porto Alegre, utiliza a bicicleta diariamente para ir a locais próximos, como o mercadinho e a farmácia, e em passeios de até 120Km. Ele lamenta apenas não poder adotar a bicicleta como único meio de transporte: “ainda uso ônibus e táxis para ir ao centro, já que deixar a bicicleta sozinha na rua é um convite ao roubo”.

Giselle também lembra que o poder público tem que levar em conta a questão da inclusão social quando se trata do planejamento urbano e das bicicletas. “Uma família economizaria muito se houvessem condições adequadas para o uso da bicicleta nas grandes cidades; para uma família de baixa renda, isso faz muita diferença”, adverte. Mas até nesse aspecto as perspectivas são boas: o Projeto Bicicleta Brasil, do Ministério das Cidades, promete investir R\$62 milhões em ações que promovam a segurança dos ciclistas urbanos. E quais são as recomendações para quem quer começar a pedalar? Em primeiro lugar, é importante comprar a bicicleta em uma loja especializada, na qual os vendedores poderão orientar sobre o melhor modelo, recomenda Giselle. O tamanho do quadro tem que ser adequado ao tamanho do usuário, por exemplo. Da mesma forma, o ciclista deve experimentar o modelo para verificar se o guidão e o selim estão confortáveis. Em alguns casos, pode (e deve) ser feita a adaptação.

Também é fundamental o uso de luvas, óculos (de ciclista ou de sol), capacete e filtro solar. Giselle também recomenda o uso de roupas claras, principalmente para quem vai sair no final da tarde, para ficar bastante visível aos motoristas. Uma vez seguidas todas essas recomendações, é só pegar a magrela... e pedalar por aí.

saúde, sexualidade, encontros, viagens, estética, entretenimento, relacionamentos, histórias de vida, conversa com especialistas, fórum de discussão, salas de bate-papo, novas amizades...

Acesse o www.maisde50.com.br e faça parte do CLUBE MAISDE50



Ações Judiciais - Situação em Dezembro/2007

1. Ação Ordinária Coletiva nº 1997.34.00.028854-9

Objeto: percepção do reajuste de 28,86% concedido aos servidores militares. **Situação:** o juiz da 9ª vara federal ordenou a limitação do pólo ativo em 10 beneficiários por entender que a APSEF não atua como substituta, mas sim como representante processual. Essa decisão foi agravada para evitar o desmembramento da ação, contudo o TRF negou provimento ao recurso. Ainda na tentativa de reverter esse resultado desfavorável, a APSEF interpôs recurso especial, que foi julgado parcialmente procedente pelo STJ. Esse resultado reformou a decisão de primeiro grau para que não haja limitação do pólo ativo. Paralelamente a toda essa discussão, o juiz de primeiro grau determinou o arquivamento do processo enquanto se aguardava o resultado definitivo dos recursos da APSEF e, para que o processo retomasse sua movimentação. Dessa forma, os autos foram desarquivados, retornando à vara de origem para prosseguimento regular da ação.

2. Ação Ordinária Coletiva nº. 1999.34.00.025054-9

Objeto: Limitação do valor do símbolo da agregação e extensão do reajuste dos valores do DAS aos servidores agregados. **Situação:** O Juízo de 1ª instância julgou procedente o pedido da APSEF e, contra essa sentença, a União interpôs recurso de apelação. Já no TRF da 1ª Região, o processo foi distribuído inicialmente ao Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima e, posteriormente, ao Desembargador Federal Francisco de Assis Betti, com quem se encontra atualmente, e aguarda inclusão em pauta de julgamento.

3. Ação Ordinária Coletiva nº. 1999.34.00.025055-1

Objeto: Limitação do valor do símbolo da agregação e extensão do reajuste dos valores do DAS aos servidores agregados. INSS. **Situação:** Obtivemos êxito em 1ª instância: o juiz julgou procedente o pedido da APSEF. Após a publicação da sentença, o INSS interpôs apelação, que ainda aguarda julgamento no TRF. O processo foi distribuído ao Desembargador Federal Aloísio Palmeira, porém atualmente está sob a relatoria do Desembargador Federal Francisco de Assis Betti.

4. Ação Ordinária Coletiva nº. 2000.34.00.026950-3

Objeto: devolução dos valores descontados indevidamente a título de contribuição para o Plano de Seguridade Social – PSS. **Situação:** O juiz de 1º grau determinou a apresentação das autorizações individuais dos beneficiários da ação e, contra essa decisão, a APSEF interpôs agravo retido (espécie de agravo que somente é apreciada pelo TRF caso seja interposta apelação). Em seguida, foi proferida sentença indeferindo a petição inicial e julgando o processo extinto sem julgamento do mérito em virtude da recusa da Autora em apresentar as autorizações dos filiados. Contra essa sentença, a APSEF interpôs apelação. Tal recurso e o agravo regimental ainda aguardam julgamento no TRF.

5. Ação Ordinária Coletiva nº. 2001.34.00.022140-8

Objeto: GADF – critério de cálculo da retribuição. **Situação:** O juiz de 1º grau recentemente proferiu a sentença, julgando o pedido da APSEF improcedente. Dessa forma, a autora interpôs apelação e o processo foi remetido ao TRF, sendo distribuído ao Desembargador Federal José Amílcar Machado. Atualmente, aguarda-se julgamento.

6. Ação Ordinária Coletiva nº. 2004.34.00.021358-0

Objeto: Suspensão de gratificação. Reposição ao Erário. **Situação:** o pedido da APSEF foi julgado parcialmente procedente pelo juízo de 1º grau. Contra esta sentença, a União interpôs recurso de apelação. Esse processo foi remetido ao TRF e distribuído ao Desembargador Federal Antônio Sávio da 1ª Turma. Aguarda-se atualmente a publicação do acórdão.

7. Mandado de Segurança Coletiva nº. 2004.34.00.029162-4

Objeto: Agregados. Retirada de Vantagens pessoais. **Situação:** O juiz concedeu liminar à APSEF e posteriormente julgou procedente o pedido da Autora. Em seguida, a União e o INSS interpuseram apelação contra essa sentença. Foi proferida decisão que indeferiu tal apelação e, atualmente, aguarda-se novo recurso dos réus.

8. Ação Ordinária Coletiva nº. 2006.34.00.011658-3

Objeto: Plano especial de cargos do DNIT. **Situação:** O juiz de 1ª instância indeferiu a antecipação de tutela e, posteriormente, julgou improcedente o pedido da APSEF. Contra tal decisão, a Associação interpôs apelação e, atualmente, aguarda-se a subida do processo ao TRF da 1ª Região.

9. Ação Ordinária Coletiva nº. 2006.34.00.031652-0

Objeto: Anulação do termo de opção assinado pelos servidores agregados. **Situação:** Foi deferido, pelo juiz de 1º grau, o pedido de antecipação de tutela. Contra tal decisão, a União interpôs o recurso de agravo de instrumento, que teve seu seguimento negado pelo TRF. Paralelamente, o processo segue em primeira instância e aguarda prolação da sentença.

10. Ação Ordinária Coletiva nº. 2007.34.00.026472-0

Objeto: GDPGTAS. **Situação:** O juiz proferiu decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela. A União apresentou sua contestação e aguarda-se abertura de prazo para que a APSEF apresente sua réplica, para que o processo seja encaminhado para julgamento.

11. Ação Ordinária Coletiva nº. 2007.34.00.026471-7

Objeto: GDASS. **Situação:** Por ser muito recente, o processo ainda não sofreu nenhum andamento significativo. O juiz determinou que fosse juntada aos autos do processo nova ata de Assembléia Geral que autorize a propositura da ação, acompanhada de seu edital de convocação, sua lista de presença dos associados e seus resultados de votação.

Um novo site, para novos internautas

A APSEF está disponibilizando uma versão reformulada de seu site na internet (www.apsef.org.br). Desde o início de setembro passado já foram registradas mais de 10 mil visitas, comprovando a participação cada vez maior dos associados nos assuntos da entidade, também por meio da rede mundial. Com nova estrutura e layout gráfico, o site pretende ampliar o canal de comunicação entre a direção da associação e os seus filiados, agilizando suas demandas e incentivando a inclusão digital.



“A APSEF possui o seu endereço virtual praticamente desde a sua fundação, em 1997, quando a internet ainda engatinhava. Mas percebemos que era chegada a hora de ampliarmos o envolvimento de todos, buscar uma interação maior com nosso associado, a partir de um leque maior de serviços que certamente passaremos a oferecer doravante e que poderão criar um fidelização dos internautas”, explica Cecília Landim, presidente da associação.

Segundo ela, são publicadas diariamente notícias de interesse, possibilitando aos visitantes manterem-se permanentemente informados sobre temas que dizem respeito ao serviço público e seus servidores. Outro destaque é uma página específica de Legislação do servidor público, por meio da qual os associados poderão consultar a Constituição Federal e todas as suas alterações, o Regime Jurídico Único e ainda leis que regulamentam as diversas carreiras. Fóruns, enquetes também deverão ser oferecidas em breve, assim como espaços onde os associados poderão publicar material próprio.

A presidente da APSEF conclama a todos os associados que já utilizam a internet no dia-a-dia – um universo de pessoas que cresce de forma exponencial no Brasil – que contribuam com sugestões e críticas, de forma a construir um espaço digital que realmente possa atender as necessidades dos filiados.

CRESCER O ACESSO À INTERNET NAS RESIDÊNCIAS

O novo site da APSEF surge em um período de grande expansão do número de usuários da internet. Pesquisa elaborada pelo Ibope/NetRatings, divulgada no início de dezembro, aponta que 30,1 milhões de brasileiros tinham acesso à internet em casa em outubro passado. O aumento do prazo de pagamento para a aquisição de equipamentos de informática no varejo, a queda do dólar – que reduziu os preços de componentes eletrônicos - e a mudança de hábito do brasileiro fizeram com que o número de internautas com acesso doméstico à internet crescesse 43,7% em um ano.

No total, incluindo os acessos realizados no ambiente de trabalho, o Brasil contava com aproximadamente 39 milhões de internautas em outubro, um crescimento de 21% em relação ao mesmo mês do ano de 2006. Fica claro que é o acesso a partir das residências, notadamente nas classes C e D, o fator que mais contribuiu para o crescimento da internet no País.

Segundo a consultoria IDC (International Data Corporation), a venda de computadores em geral deve crescer 25,4% em 2007, no comparativo com o ano anterior, atingindo 8,9 milhões de unidades. Os notebooks, geralmente usados para se conectar à web, devem vender 140% mais, chegando a 1,4 milhão de unidades.

